

**PROCURADORIA-GERAL**  
**PARECER Nº 311/2023**

Vieram os autos para análise da minuta do edital de licitação nº 129/2023, na modalidade Pregão eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, pelo critério de menor preço por item, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes, calçados e EPI'S para atender a Casa Lar e as diversas Secretarias do Município de Assis Chateaubriand – Paraná.

Da análise dos autos entendo necessários os seguintes apontamentos:

**1. Minuta do edital**

**1.1.** A autoridade administrativa responsável pela expedição do edital do certame deverá atender as exigências do artigo 40, § 1º, da Lei 8.666/93, que demanda que o edital seja assinado pela autoridade que o expedir.

**1.2.** Do exposto na Comunicação Interna, à fl. 41, que deflagrou o certame licitatório, depreende-se da solicitação que o prazo de entrega, no máximo, deverá ser até 20 (vinte) dias úteis, todavia, no item 21.1 do instrumento convocatório, extrai-se que se indicou o prazo de entrega 30 dias sem especificar se trata de dias úteis, sugere-se seguir o exposto na Comunicação Interna supracitada que planejou o prazo de entrega de 20 (vinte) dias úteis.

**2. Anexos**

**2.1.** Da mesma forma, do exposto na Comunicação Interna, à fl. 41, que deflagrou o certame licitatório, depreende-se da solicitação que o prazo de entrega, no máximo, deverá ser até 20 (vinte) dias úteis, todavia, no item 2.1 do Anexo I e do item 3.1 do Anexo XIV, extrai-se que se indicou o prazo de entrega 30 dias sem especificar se trata de dias úteis, sugere-se seguir o



exposto na Comunicação Interna supracitada que planejou o prazo de entrega de 20 (vinte) dias úteis.

**2.2.** Adequar a formatação dos subitens 2.1.3; 2.1.4; 2.1.5, do Anexo I, ao mesmo formato do restante do instrumento convocatório.

### **3. Demais Considerações**

A modalidade de licitação eleita encontra-se amparada no art. 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal nº 007/2013, Decreto Municipal nº 204/2020 e no artigo 191 da Lei 14.133/2021.

O Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns<sup>1</sup> conforme definição contida no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que o objetivo do fornecimento é formalizado por meio de propostas e lances em sessão pública, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente, sendo sempre o critério de julgamento da proposta o de menor preço.

A realização da licitação de alguns itens destinados exclusivamente para participação de microempresas e empresas de pequeno porte encontra

---

<sup>1</sup> Segundo entendimento do TCU "bens e serviços comuns são produtos cuja escolha pode ser feita tão-somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontráveis facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: canetas, lápis, borrachas, papéis, mesas cadeiras, veículos, aparelhos de ar refrigerado etc. e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação de piso, troca de azulejos, pintura de paredes, etc." (Manual do TCU - "Licitações e Contratos" - Orientações Básicas - 3ª Ed., 2006)



amparo no artigo 48, inciso I<sup>2</sup> c.c. artigo 47, parágrafo único<sup>3</sup>, ambos da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 6<sup>04</sup>, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

Por seu turno, a reserva de cota da licitação destinada exclusivamente para participação de microempresas e empresas de pequeno porte encontra amparo no artigo 48, inciso III<sup>5</sup> c.c. artigo 47, parágrafo único<sup>6</sup>, ambos da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 8<sup>07</sup>, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

No aspecto formal, visualizo que o processo administrativo está devidamente autuado, protocolado e numerado, nos termos que dispõe o art. 38, *caput*, da Lei 8.666/93. No que tange ao ponto da autuação e numeração do certame, sublinho o entendimento do mestre Marçal Justen Filho<sup>8</sup> que assim se manifesta em uma de suas obras: “A autuação, o protocolo e a numeração destinam-se a assegurar a seriedade e confiabilidade da atividade administrativa”.

<sup>2</sup> “Art. 48. (...)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);**” (sem grifos no original)

<sup>3</sup> “Art. 47. (...)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, **enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal** ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, **aplica-se a legislação federal.**” (sem grifos no original)

<sup>4</sup> “Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens ou lotes de licitação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).” (sem grifos no original)

<sup>5</sup> “Art. 48. (...)

III - **deverá** estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;” (sem grifos no original)

<sup>6</sup> “Art. 47. (...)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, **enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal** ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, **aplica-se a legislação federal.**” (sem grifos no original)

<sup>7</sup> “Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes **deverão** reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.” (sem grifos no original)

<sup>8</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012. pág. 589.



Quanto aos preços admitidos no edital, esta Procuradoria deixa de analisá-los por ser de incumbência da área técnica, entretanto, oportuno mencionar a determinação repassada a este Município pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão nº 79/21 - Tribunal Pleno, nos autos da Tomada de Contas Extraordinária, Processo nº 34195/2021, no sentido de que, na realização da pesquisa mercadológica, sejam seguidas as diretrizes traçadas pelo Corte de Contas do Estado do Paraná nos Acórdãos 4624/17-STP e 1108/21-STP, *verbis*:

“Logo, podemos, de plano, responder às duas primeiras indagações afirmando que: sim, a consulta a banco de dados atende ao princípio da economicidade, uma vez que através dele a administração buscará a realização do negócio que lhe será mais proveitoso. Ressalte-se que para que a administração selecione a proposta mais conveniente ela pode e deve se utilizar de todos os meios legais para tanto, diversificando as fontes de informação, especializadas ou não quando a necessidade assim requerer, a fim de chegar ao valor de baliza para a sua contratação quer seja por licitação ou de forma direta. (...) O que se reforça como resposta é de que os valores que servirão como baliza para o preço máximo deverão ser adequados em relação à realidade do mercado, bem como a administração deverá ampliar ao máximo as fontes informativas a serem consultadas. Nesse sentido são cabíveis as fontes destacadas pela Coordenadoria de Fiscalização de Transferências e Contratos, sendo: (1) portal de compras governamentais [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); (2) editais de licitação e contratos similares firmados por entes da Administração Pública, além de contratações anteriores do próprio órgão, concluídos em até 180 dias anteriores a consulta ou em execução; (3) atas de registro de preços da Administração Pública; (4) publicações especializadas; (5) cotações com fornecedores em potencial; e (6) sites especializados, desde que de



amplo acesso, fazendo constar a data e horário da consulta.” (Acórdão 4624/17-STP)

“As fontes de informação a serem utilizadas pela Administração Pública deverão ser aquelas disponíveis e viáveis para a formação de um preço máximo condizente com a realidade do mercado, de modo a proporcionar o acesso à proposta mais vantajosa. Obedecidos os critérios de qualidade estatuídos no edital, a busca de informações não deve objetivar o barateamento do produto final a qualquer custo, mas sim a adequação do preço máximo à realidade mercadológica. E, conforme destacado pela unidade técnica, quanto maior o número de fontes contempladas, mais consistente será a pesquisa e o mapa de preços obtido, sendo que “a amplitude da pesquisa deve ser proporcional a complexidade e ao vulto do objeto” (peça 10, p. 03).”  
(Acórdão 1108/20-STP)

Nota-se a assinatura eletrônica do responsável pela indicação dos recursos orçamentários, de acordo com a previsão de gastos com o objeto licitado.

Ademais, extrai-se do bojo deste certame licitatório a exigência de amostras para os itens consignados na respectiva Ata de Registro de preços, assim, dever-se-ão observar o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União:

ACÓRDÃO

Acórdão 2077/2011-Plenário

DATA DA SESSÃO

10/08/2011

RELATOR

AUGUSTO SHERMAN

ENUNCIADO

No caso de exigência de amostra de produto, devem ser estabelecidos critérios objetivos,



detalhadamente especificados, de apresentação e avaliação, bem como de julgamento técnico e de motivação das decisões relativas às amostras apresentadas.

ACÓRDÃO

Acórdão 1113/2008-Plenário

DATA DA SESSÃO

11/06/2008

RELATOR

ANDRÉ DE CARVALHO

ENUNCIADO

Não é possível exigir a apresentação de amostras como condição de habilitação, portanto, antes da fase de julgamento. Somente pode-se exigir a apresentação de amostras ou protótipos ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

Quanto à exigência dos itens 118 a 121, em que as empresas participantes localizem-se em um raio de até 100 km do município de Assis Chateaubriand, acostou-se, à fl. 1845, ao feito justificativa para tanto, veja-se: “Justificamos tal necessidade visando preservar e trabalhar autonomia de escolha de cada criança e adolescente e ainda evitar os problemas que estão ocorrendo de que há variação de tamanhos/formas dos calçados (exemplo: é comprado tamanho “36” e ao chegar não serve na criança ou fica grande), o que vem gerando um adicional ao município, pois é necessário realizar outra compra para atender a necessidade do acolhido. Com esta delimitação de distância, o Serviço de Acolhimento oportunizará



que cada criança e adolescente acolhida possam ir até a empresa provar e escolher os calçados de acordo com os modelos licitados, podendo escolher o modelo e cor que mais lhe agrade evitando assim que os calçados sejam de modelos e cores iguais para todas as crianças e principalmente de acordo com o gosto pessoal e personalidade de cada um.”

Entende-se que exigência ora citada mostra-se adequada à finalidade do objeto licitado, sendo imprescindível para eficiência do certame licitatório, inexistindo restrição indevida à competitividade, desde que o motivo exposto acima, que ensejou a exigência, verifique-se na execução no ajuste.

No mais, deve ser observado o prazo mínimo de 8 (oito) dias entre a publicação do edital e a data limite para apresentação das propostas, conforme previsto no inciso V do artigo 4º da Lei 10.520/02.

Atentar para publicação de todos os atos do certame conforme preveem os artigos 16, 21 e 61, todos da Lei 8.666/93.

Observado o acima exposto, desde que a Administração observe as recomendações formuladas no corpo do presente parecer, manifesta-se esta Procuradoria de forma favorável à continuidade do procedimento licitatório.

Por derradeiro, cumpre salientar que este parecer toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, cabendo a esta Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos administrativos, nem analisar aspectos de natureza técnico-administrativa. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas



características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Em face disso, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas as publicações dos atos de nomeação/designação, ou as citações destes, da autoridade e demais agentes administrativos, bem como dos atos normativos que estabelecem as respectivas competências, a fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

A teor do mandamento contido no artigo 38, inciso III, da Lei 8.666/93<sup>9</sup>c.c artigo 9º da Lei 10.520/02<sup>10</sup>, o ato de designação do Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio foi anexado à fl. 1835 do feito.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais

---

<sup>9</sup> “Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;

(...)”

<sup>10</sup> “Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”





ponderações. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Para instauração do processo licitatório deverá haver autorização da autoridade competente, o que não consta até o presente momento nos autos.

É o parecer e a orientação que submeto à consideração superior<sup>11</sup>.

Assis Chateaubriand/PR, 21 de novembro de 2023.

**Tárcio Vinícius Madeira de Brito**

**Advogado**

OAB/PR 105.573

Portaria nº 031/2022

---

<sup>11</sup> Este parecer possui 9 laudas, numeradas e rubricadas.

